

Projeto “Cidades Verdes”: inclusão social com resgate cultural e preservação ambiental

José Ribamar Félix

Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano (Secit),
Tocantins, TO.

E-mail: jribamarx@gmail.com

Resumo

O projeto “cidades verdes” - inclusão social: com resgate cultural e preservação ambiental teve seu desenho e elaboração a partir de diversas reuniões e conversas com líderes de assentamentos e de associações da região do delta do Rio Tocantins/ Rio Araguaia mais conhecido como bico do papagaio, e então norte do Tocantins, bem como da observação e constatação do cenário de degradação ambiental deixada pela cultura agropecuária extensiva e outras práticas sem manejo controlado. A observação do Estado de aculturação e perda da identidade cultural tradicional com o estado de dependência financeira da população assentada frente aos organismos institucionais serviram como estímulo para desenho e elaboração do projeto cidades verdes.

Palavras-chave

Bico do papagaio. Simbiose. Retirante. Caminheiro. Subversivo. Comunidade. Delta. Cenário.

The “green cities”: social inclusion rescue with cultural and environmental preservation

Abstract

The Project “Green Cities” – social inclusion: with cultural rescue and environmental preservation was planned and elaborated as a result of several meetings and discussions with leaders of settlements and associations of the regions of the delta of Tocantins and Araguaia Rivers, known as “Parot Beak”. This region suffered from environment degradation as a result of extensive cattle raising and other non- controlled use of the land. Analyzing the state of acculturation and loss of the traditional cultural identity, including the condition of financial subordination of the settlers in relation to institutional organisms came up as a stimulus for a plan and elaboration of the Project “Green Cities”.

Keywords

Parrot beak. Symbiosis. Migrant. Walker. Subversive. Community. Delta. Scenario.

INTRODUÇÃO

O cenário atual da demografia, do meio ambiente e do contexto econômico social do bico do papagaio, denuncia por si as ações executadas durante quase quatro décadas, focando o lucro financeiro sem a devida preocupação com a preservação e conservação ambiental.

O desaparecimento de partes importantes do mosaico da floresta densa e do cerrado bem como de matas ciliares das zonas rurais e urbanas vem contribuindo significativamente para efeitos com consequências negativas para a população rural e urbana. Nas zonas rurais estas perdas vêm causando erosões em determinadas áreas, e reduzindo significativamente a perenização de muitos rios, riachos e córregos, além de influenciarem mudanças de certos hábitos alimentares.

Nas zonas urbanas, estas perdas causadas principalmente pelas ocupações desordenadas, estão provocando situações críticas acentuadas nos casos de enchentes com acionamentos frequentes da defesa civil buscando soluções imediatas a custos elevados, bem como desenho e elaboração de programas e projetos objetivando mitigação destes problemas.

A demanda pelas redes de cidades sustentáveis, conforme verificado no anexo VII do relatório técnico do Pró-transporte - Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana da Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano do Estado do Tocantins por matrizes locais e regionais componentes do mosaico da floresta densa e do cerrado, serve como gatilho para disparar a produção georreferenciada de mudas a partir de viveiros credenciados e dentro de padrões ecologicamente corretos. Diz o relatório técnico referindo-se às obras mitigadoras:

A definição do projeto executivo e de engenharia irá priorizar a mobilidade e a acessibilidade focando principalmente a sinalização, calçadas e rampas. A preocupação ambiental está presente com a garantia de permeabilidade nas calçadas, e obras de revitalização ou recomposição da vegetação nas áreas de lançamentos do sistema de drenagem de águas pluviais. Praças e ou espaços públicos serão construídos ou revitalizados, propiciando lazer e melhor qualidade de vida aos moradores das regiões contempladas, (TOCANTINS, 2011, p. 6-7).

É importante ressaltar que o Bico do Papagaio é uma das regiões de abrangência do pró-transporte.

A logística de montagem, de produção, de distribuição e de comercialização dentro dos critérios do projeto cidades verdes considera prioritariamente os assentados de três assentamentos, a saber: no município de São Sebastião, o viveiro será implantando no assentamento Pingo D'água, que será fornecedor de árvores sombreiras, árvores frutíferas (matrizes

de graviola, acerola, maracujá, cupuaçu, cajá açaí) e demais cultivares típicas da região para os municípios de Esperantina, Buriti, Sampaio, Praia Norte e Carrasco Bonito. No município de Axixá, o viveiro será implantando no assentamento Santa Juliana, que será fornecedor de árvores sombreiras, árvores frutíferas (matrizes de açaí, maracujá, laranja, abacaxi, acerola, caju etc.) e demais cultivares típicas da região para os municípios de Axixá - Augustinópolis, Sítio Novo, São Miguel, Maurilândia e Itaguatins. Em Darcinópolis, o viveiro será implantado no assentamento Amigos da Terra, que será fornecedor de árvores sombreiras e frutíferas, como: abacaxi, bacuri, cajá, bacaba, murici, caju e demais cultivares típicas da região para os municípios de Aguiarnópolis, Palmeiras e Tocantinópolis.

BICO DO PAPAGAIO SOFREU E VEM SOFRENDO INTENSA AGRESSÃO À POPULAÇÃO E AO SEU MEIO AMBIENTE

A realidade da região norte do estado do Tocantins, mais conhecida como Bico do Papagaio, é tão simples como o é seu povo. A comprovação desta contextualização pode ser aferida por observador que se disponha preferencialmente sem rodeios a inserir-se no meio social, comunitário e ambiental da região.

O enfoque desta constatação considerou basicamente o intervalo temporal dos últimos trinta e poucos anos, mais precisamente de 1975 a 2012, ou seja, trinta e sete anos. Claro que é um período pequeno, porém já possível de desvelar rumos e mudanças: no posicionamento comportamental da população local em relação a si mesma e da população local em relação com os sulistas; na relação comunitária com o sagrado e o profano; na relação social *versus* institucional; na matriz de produção e conseqüentemente nos hábitos alimentares; na relação de poder comunitário local *versus* poder político; na composição da fauna e da flora, seja no bioma cerrado ou de floresta

densa; nas condições das bacias hidrográficas e sua extensiva perenização; na relação entre seres humanos, e a natureza, e na relação de acessibilidade e mobilidade.

A região do Bico do Papagaio era o antigo norte goiano nos anos 70 e parte dos 80 do século 20, então território de ninguém ou de pouquíssimos, desprezado, abandonado pelas estruturas gerais de governos, cortado por parte da malfadada rodovia Transamazônica - praticamente intransitável desde sua abertura- composto por grandes extensões de áreas devolutas e baixíssima densidade demográfica. Fazendas, no sentido real da expressão, eram poucas e concentradas nas mãos de velhos caciques da política e poucos proprietários de famílias antigas da redondeza. Esse cenário favoreceu sobremaneira a recepção (por assim dizer) de braços, veias e entranhas abertas a muitas famílias, que calejadas por sofrimentos causados por períodos de secas intensas comuns a partes importantes do Nordeste brasileiro, procuravam um cantinho sossegado para se estabelecer, cultivar a terra sem a preocupação de plantar e ter de rezar para não ver a morte das culturas, poderem cuidar de seus familiares com dignidade. Se o desejo era encontrar um cantinho, como muitos diziam, encontraram muito mais que um cantinho, encontraram isto sim um delta, o delta do Tocantins/Araguaia. Claro que nem tudo era a composição do paraíso perdido de Adão e Eva, mesmo porque era preciso, em alguns lugares, desbravar; em outros, estabelecer novas relações com proprietários e posseiros já estabelecidos por ali.

A Agência de Cooperação Internacional do Japão e parceiros, no *Estudo de Desenvolvimento do Setor Agropecuário da Região Norte do Estado do Tocantins*, (Agência de Cooperação Internacional do Japão , 2001), em seus anexos I, II e IV, sobre condições socioeconômicas do Brasil e do Tocantins, pontua esses movimentos demográficos das zonas rurais para as zonas urbanas, bem como nos assentamentos rurais. No anexo I-12, observa que “o número de

trabalhadores rurais também mostra tendência diminutiva, especialmente a partir do ano 1985”, já no anexo II-12, em relação ao Tocantins, registra que “as tendências quanto à população urbana e rural expressam profundas transformações: um acentuado decréscimo da população rural (18%) e um marcado aumento da população urbana (35%)”, enquanto no anexo IV-10 e 11 expõe que “agricultores familiares assentados da Reforma Agrária, que não conseguiram ainda se viabilizar como um efetivo produtor, cultivando a mais imediata subsistência, como microprodutores contraditoriamente assentados em consideráveis extensões de terra inapropriadas para lavouras e para a pecuária, mesmo se houvesse recursos disponíveis.” Assim a Reforma Agrária vai sendo exposta, e no anexo IV-17, diz “na região do Estudo foram criados até o momento, pelo Instituto Nacional de reforma Agrária (Incra), 77 Projetos de Assentamento, em 29 municípios onde foram assentadas 7.939 famílias. A maior concentração se dá na região do Bico do Papagaio, onde tradicionalmente houve notadamente uma luta mais intensa por terra por parte de trabalhadores rurais da região e demais outros originários dos estados do Pará e do Maranhão”.

Outro cenário importante na cenarização da região, que esses caminheiros encontraram e tiveram de enfrentar, pois inicialmente esse era o entendimento, ou seja, de enfrentamento, era a existência das duas aldeias indígenas que curiosamente levavam o nome de Mariazinha e São José, no município de Tocantinópolis, então conhecido como Boa Vista do Padre João. Então, por um período significativo, houve conflito até que a relação foi se transformando em convivência.

Pois bem, caminheiros, retirantes, retirados de todo um contexto de sofrimento e dor, agora prontos para uma nova vida, e cabra forte nordestino não foge à luta de jeito nenhum. Empunhando facões, foices, machados, enxadas, cutelos, e acima de tudo, muita força e coragem, foram formando seus roçados, fazendo suas casinhas à base de madeiras

locais, cobertura e paredes com palhas de coco babaçu, anajás, piaçaba e bacaba, chão de barro batido e as portas, que portas, isto nem precisava, quando muito, uma esteira confeccionada com palha do olho das referidas palmeiras; quando a habilidade do possessor permitia, ele lavrava uma árvore mais grossa e montava uma porta. Os aposentos, ah! Esses aposentos mais íntimos, para os quartos, principalmente dos casais ou das filhas, eram uns jiraus de varas finas, com grande saco de tecido cheio de folhas e flores macias, muitas vezes de malva, e em pouco tempo com as plantações de bananas evoluindo, as palhas das bananeiras iam servindo como enchimentos dos colchões.

Não se pense que as atividades, os serviços ficavam apenas a cargo dos entendidos como fortes, ou seja, dos homens, pois as mulheres, que em muitos casos já haviam aleitado uma, duas, três, quatro, cinco ou, às vezes muito mais crianças, mesmo com o corpo assolado por fraquezas, doavam seu leite quase com o próprio sangue. Na nova realidade, exerciam os ofícios antes aprendidos, pois as moças estavam boas para casar-se quando dominavam alguns dons, tais como: bem cozinhar, tecer redes, lençóis e outros panos no tear, fazer rendas, varandas nas almofadas, bordados à mão, fiar nas rodas ou rocas, bem como costuras e bordados à máquina movimentada pela força dos pés calejados. Pés cansados de pisar nos solos de trilhas, veredas e picadas, pés que quase sempre só entravam em calçados quando chegavam às vilas, povoados, centros ou às cidadezinhas mais próximas, que por dificuldade de acesso terminavam ficando muito distantes. Agora aí estava a figura da menina moça, mulher prendada, que colocava tudo isto em prática, fazendo surgir, a partir do algodão plantado e colhido com o suor de todos, lindas redes, belas toalhas e lençóis, roupas de uso pessoal, tanto para os homens como para as mulheres e as crianças, que em sua maioria, andavam nuas até os quatro ou cinco anos e quase desnudas até os dez anos, período em que já estavam ajudando em todas as lidas ou atividades inerentes à vida no interior.

Nesse movimento todo, de Filadélfia (Goiás/Tocantins – margem do rio Tocantins) a Xambioá (Goiás/Tocantins – margem do rio Araguaia), até o extremo norte, onde o delta formado pelos dois rios se conclui, foram surgindo aglomerações de pessoas, redesenhando outra configuração geo-humana, econômica e ambiental. Povoados e centros foram se estruturando nos intervalos espaciais entre as cidades e dentro dos municípios. Aos poucos, essas famílias foram dando corpo à população do Bico do Papagaio. Plantavam, cultivavam, colhiam, caçavam, pescavam, extraíam e produziam quase tudo de que necessitavam para a própria manutenção. Raramente se ouviam queixas por necessidades básicas, pelo contrário, a fartura era o item mais visto, gerando inclusive excedente que terminava sendo escoado para centros maiores, como Goiânia, Belém, São Luís, sendo alguns produtos destinados à exportação, que era feita pelos portos de Belém e São Luís. Outros centros polarizadores da região também recebiam seu abastecimento fruto dos esforços de cada unidade familiar e das comunidades pulsantes naquele entre rios.

Toda esta pujança refletia um verdadeiro celeiro de produção de víveres, como: arroz, milho, feijão, fava, amendoim, mandioca, gergelim, cana-de-açúcar, algodão, mamona, laranja, lima, limão, tangerina, banana, abacate, manga, maracujá, melancia, melão, abóbora, jerimum, batata doce, inhame, caju, abacaxi. A flora oferecia abundantemente itens para coleta livre, de acordo com a estação: buriti, buritirana, jussara, açai, pequi, oiti, bacuri, mangaba, mamacadela, puçá, murici, cajá, ginipapo, jatobá, caju silvestre, babaçu, bacaba, macaúba, anajá, tucum, castanha-do-pará, sapucaia, bruto ou araticum, mutamba, olho de boi, araçá, marmelada, maracujá silvestre, axixá, mamuí. Ainda o leito dos rios, riachos, ribeirões e lagoas permitia a captura natural de grande variedade de pescados de água doce, de causar inveja a muitos centros pesqueiros litorâneos, de acordo com a peculiaridade inerente ao local. E não só isso, pois a fauna também tinha

sua parcela de contribuição, com espécies como tatu, peba, rabo de couro, zumbi, paca, cutia, capivara, anta, veados, macacos, mambiras, lagartos e grande variedades de aves, que de certa forma terminavam compondo o cardápio local.

Toda essa mistura juntava-se com as festividades, novenas, rezas, festejos em homenagens aos santos, que sempre estavam expostos nas capelinhas, nas igrejinhas e nas matrizes paroquiais. É certo que cada aglomerado tinha seu jeito de comemoração e seus santos preferidos, então seguiam os Santos Reis, São Gonçalo, Divino Espírito Santo, São Lázaro, Santa Luzia, e muitos outros homenageados que não serão citados para evitar heresia ao deixá-los de fora desta modesta lista. É significativo registrar o fato de que nem sempre nessas comemorações, promessas e rezas a comunidade contava com a presença de sacerdotes, tudo ocorria espontaneamente e todos participavam com o maior respeito e devoção, a ponto de levarem até seus cães para que, em determinadas ocasiões, participassem como convidados especiais do banquete de São Lázaro, em que primeiro eram servidos os animais, com direito a tudo do bom e do melhor, só depois as pessoas eram servidas, com exceção de algumas que comiam junto com os cães pois estavam pagando promessas, e tudo isto sem o menor constrangimento. Tudo isto regado com as mais belas cantorias, excelências puxadas por senhoras e senhores afinadíssimos, e que ecoavam floresta adentro, pois de muito longe se ouvia o canto, sendo o sinal de que o evento estava acontecendo. Esses eventos sinalizam importantes focos culturais locais, que depois vão como que evaporando pela influência e de outros costumes.

Assim os anos 70 vão se passando e as aberturas de novas fronteiras para expansão de outras culturas vão chegando até o Bico do Papagaio, trazendo consigo mais pressões por ocupações de espaços rurais e urbanos. Eis que todo aquele povo retirante, camineiro, que já estava se acostumando a uma vida comparativamente tranquila e

sossegada, embora carregada por toda uma gama de dificuldade, mas olhando para trás, para a agonia da seca do Nordeste, o cantinho do paraíso nesse delta era inegável, porém agora muitos olhares, muitos desejos e poderes se voltaram para o delta. O que fazer diante de tantas ordens judiciais de despejos, mas despejar os despejados, que coração, que justiça, afinal o que estava acontecendo? Aquele povo ordeiro, fiel às crenças cristãs e em grande parte católica, bem como parcela que não se esquecia de outras manifestações religiosas que alegremente praticava dentro nesses sertões abertos pelo cerrado e fechados pelas matas densas, precisava fazer alguma coisa. Eis que alguns padres, leigos, missionários, freiras e agentes comunitários dedicam parte de suas vidas em prol da maior organização e união dessa demografia praticamente abandonada à própria sorte mais uma vez. Chegam então as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao lado delas as primeiras filiações para formar os primeiros sindicatos dos trabalhadores rurais da região. Estava nascendo uma estrutura organizada de forças populares comunitárias, pronta para resistir e defender seus direitos, e ações é o que não faltaram desde esse momento.

Claro que toda esta conjunção de forças objetivava também a defesa da posse e dos posseiros trabalhadores rurais que, por motivos de outras forças, não conseguiam apoio junto às autoridades oficiais de governos e de defesa institucionais. Até mesmo os meios de comunicação, quando noticiavam algo a respeito dos movimentos de trabalhadores rurais da região, os tratavam como invasores de terras, subversivos ou comunistas.

A pressão pela ocupação e reocupação da terra foi muito intensa nos anos 70 e 80, a ponto de grupos de grileiros com capangas e jagunços bem armados saírem pela região ameaçando, baleando e até matando trabalhadores. Em outros casos, queimavam suas modestas casinhas de palha. Os agentes organizadores das comunidades

eram tratados como incitadores comunistas e subversivos, como foi o caso do padre Atílio Berta, do padre Josimo Moraes Tavares, que sofreu atentado e depois foi brutalmente executado na cidade de Imperatriz-MA, padre Carmelo Scampa, do leigo engajado Nicolas Arpone, dos padres Aristides e Francisco, de São Geraldo-PA. Vários líderes comunitários e sindicalistas tiveram suas vidas ceifadas na luta pela terra. O próprio autor deste artigo, em vários momentos acompanhado ou acompanhando equipes, sofreu emboscadas, como nos casos dos municípios de Ananás e Piraquê, hoje Tocantins. Assim a região foi compondo seu cenário, e mesmo na atualidade ainda deparamos com conflitos envolvendo disputas por terras, pois a tão sonhada reforma agrária de verdade ainda está por vir.

O depoimento concedido pelo padre Josimo Tavares¹, em 1984, retrata a situação:

Vivo numa terra habitada por muitos trabalhadores rurais (95% da população). São pessoas vindas de vários Estados do Nordeste, através das famosas correntes migratórias. Entraram na região do Bico do Papagaio, desde 1860, mas especialmente a partir de 1940, estabelecendo lá sua morada e um lugar para trabalhar: plantação de roças, caça e pesca, garimpos, extração do coco babaçu. Desse modo, os antigos moradores construíram suas posses pela força do trabalho, pela permanência na localidade por muitos anos e com o objetivo único de sustentarem a própria vida e a vida dos familiares. Depois que foi construída a rodovia federal Belém-Brasília, em 1956, e que se inaugurou a ponte do Estreito, em 1961, pessoas de Minas Gerais, São Paulo e sul de Goiás penetraram em nossa região com a finalidade de investir capital na terra, aproveitando os 'incentivos' fiscais facilitados pelo Governo Militar. Esta ocupação de grileiros se deu especialmente a partir de 1974, logo após terminar a famosa guerrilha do Araguaia. 'Era

preciso ocupar todos os espaços vazios para evitar o desenvolvimento e expansão do comunismo no País', pensavam os militares. Na prática, isto tem significado muita repressão, muita violência, torturas e prisões aos trabalhadores rurais e seus aliados (padres, advogados, agentes de pastoral, religiosas, etc." (SCAMPA 1986, p. 33).

O CENÁRIO DA BELA FLORESTA AGONIZANDO

O Bico do Papagaio sofreu e vem sofrendo, desde os anos 70 do século 20, intensas agressões ao meio ambiente, principalmente no que diz respeito à devastação da floresta densa, do bioma cerrado e das áreas ciliares, seja nas zonas rurais ou urbanas, causando significativos prejuízos para a população local e regional. A cobertura vegetal do Bico do Papagaio foi classificada pela Secretaria de Palnejamento do Tocantins como Floresta Estacional, Floresta Tropical e Cerrado (TOCANTINS, 2008, p. 50)

O pivô desse cenário é a própria busca pela ocupação da terra somada à expansão da fronteira agrícola, que demandando mais espaços agricultáveis, usou de todos os meios possíveis para se estabelecer. Não se pode negar a importância do melhoramento da Rodovia Belém – Brasília, que recebeu seu pavimento asfáltico na região na metade dos anos 70, e a malfadada Rodovia Transamazônica, que até hoje não conheceu sua conclusão estrutural.

As pastagens cultivadas vêm ocupando área cada vez maior, passando de cerca de 30 milhões de hectares, em 1970, para estimados atuais 105 milhões, o que representa incremento de área igual a 250% em 25 anos. O crescimento das áreas de pastagens cultivadas resultou principalmente da valorização da terra, dos créditos especiais na década de 70 e da necessidade de aumentar a produtividade da pecuária brasileira. Para isto também foi importante a obtenção de cultivares mais adaptadas, como a *B. decumbens*, *B. humidicola*, *A. gayanus*, *B. brizantha* e as novas cultivares de *P. maximum*,

¹ Padre Josimo Moraes Tavares, conhecido como padre Josimo, atuou em movimentos sociais na região do Bico do Papagaio. Foi assassinado na cidade de Imperatriz, Maranhão, em 10 de maio de 1986. (Nota do editor)

bem como o desenvolvimento de novas técnicas de produção de sementes e de plantio de pastagens. Tudo isso tem favorecido a substituição de áreas de Cerrado e florestas por pastagens (KICHEL, 1997, p. 172).

Os movimentos intensos de outras pessoas, outras ideias, outros métodos, outras tecnologias, aliados às campanhas governamentais e de organizações não governamentais, foram se firmando com suportes cartoriais, documentos e mais documentos foram surgindo e com eles novos donos, novos proprietários e automaticamente as desocupações, que se davam de forma arbitrária. No mencionado depoimento, padre. Josimo diz mais:

... de um lado, estão os trabalhadores lutando por sua sobrevivência econômica, mas também social e cultural. O trabalhador rural quer ser tratado como gente, como cidadão, participando na construção da sociedade. Do outro lado, estão os fazendeiros pensando em lucro, em mercadorias, no comércio, na terra como poder dominante, recebendo o apoio econômico e repressor do Governo e o acobertamento legal do Poder Judiciário. Daí vemos os fazendeiros, reforçados pela polícia Militar, que diz agir no estrito cumprimento da legalidade, despejarem violentamente centenas de famílias de lavradores, com queimas de casas, roças, envenenamento de cereais, cadeia, espancamentos, humilhações, etc. De agosto a outubro de 1984, 127 casas foram queimadas, 27 lavradores e dois agentes de pastoral foram presos, 04 agentes de pastoral estão com processo na justiça, todos criminais, ... o clima de violência e insegurança invade todas as famílias desde pessoas mais idosas até as crianças. Apesar de todas as denúncias feitas ao Governo, nada mudou no sentido de haver paz e tranquilidade. Entretanto, continuemos lutando para conseguirmos forças para construir, numa região de violência e desrespeito radical aos direitos dos cidadãos, a justiça e a segurança (SCAMPA 1986, p. 30).

Os novos donos, de posse da documentação, descarregavam caminhões de peões com inúmeras ferramentas, inicialmente as tradicionais foices e

machados, que iam deitando as florestas, deixando para os meses de julho a setembro o resto do seu devoramento para o fogo ardente, que também consumia a fauna, deixando o solo desnudo e pronto para semear grãos, como arroz e milho. Ao mesmo tempo, lançavam sementes de capim, formando os campos de pastagens para alimentar os rebanhos de bovinos, compondo assim um ambiente de grandes fazendas pecuaristas extensivas. Tudo isto regado com derramamento de suor de muitos homens e com muitas mortes causadas por doenças tropicais típicas.

Como se não bastasse tanto desprezo pela natureza, logo em seguida, para dar celeridade ao processo de abertura das áreas, incluíram a presença de uma das armas mais poderosas contra a floresta, ou seja: a motosserra, que ao ser manuseada pelos peões foi logo mostrando para que veio, ou seja, picotar a vegetação exuberante que levou dezenas, centenas de anos para se mostrar até então. Não se pense que parou por aí, porque ainda teve mais armamentos, depois bem pesados; foi a vez dos tratores com suas lâminas gigantes derrubarem as florestas densas, e seus correntões, que não se intimidavam agora diante do ambiente cerrado, principalmente para culturas de grãos diversos, com destaque para a soja, vedete de exportação, que não se contenta em ir sozinha, levando consigo enorme porção de água doce, sem que isto seja diretamente contabilizado como exportação de grão de água. Em algumas áreas lançaram mão de um produto químico, que era pulverizado por aeronaves, e em poucos dias toda aquela pluma verde, todo aquele tapete verde, entenda-se folhas, caia deixando apenas os espigões pelados das hastes em pé, para depois, no período de julho a setembro, atear fogo, e toda aquela floresta virar cinza e o chão esquentar e resfriar com a chegada do período chuvoso. Dessa maneira a floresta deu espaço para pastagens e seus rebanhos bovinos, que com o passar do

tempo foi se transformando em áreas significativas antropizadas, erodizadas, degradadas, com mananciais nas zonas rurais e urbanas agonizando e expondo suas fragilidades diante da sociedade humana, e ao mesmo tempo provocando reações catastróficas, seja pelas enchentes ou pelas secas, exigindo das organizações atitudes no mínimo mitigadoras.

O delta do Tocantins/Araguaia como está sendo tratado aqui, ou Bico do Papagaio como a região é conhecida, foi marcado na cronologia do antes e depois dos anos 70 e demarcado por atitudes que contrariaram os interesses da maioria da população rural, composta, como pontuado anteriormente, por retirantes que se transformaram em posseiros, pessoas simples com fraco poder institucional, mas enquadrados inclusive dentro dos critérios da Lei do Usucapião, e favorável aos chamados na época de tubarões, grileiros, em suma, os grandes e poderosos que se transformaram nos latifundiários da região e sem residência local, como se dizia: são os sulistas, os paulistas. Essas práticas perversas conseguiram expulsar o povo simples do campo, que por não ter para onde ir, foi habitar as periferias das cidadezinhas, engrossar a massa pobre (sem profissão e desprovida de qualquer graduação de estudo) dos centros, povoados e beiras de estradas que também já era os sem quase nada.

Essas duas práticas – a do povo simples e a dos poderosos – cometeram agressões ao meio ambiente, mas o cenário é desvelador do preço que o meio ambiente e a população pagaram e vem pagando com a inconsequente retirada das matrizes locais e regionais da flora, com destaque neste texto para as frutíferas, que parte da população, acostumada a consumir seus frutos como parte integrante do cardápio alimentício, se viu obrigada a adquirir novos hábitos e gostos por diferentes frutos advindos de outras regiões impedindo que as novas gerações continuassem consumindo as frutas locais e tradicionais.

O POVO ABRE O BICO COM FOME E IMPLORA POR POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA

Bem, quando a fome chega não brinca, ela aperta, arrocha, faz o estômago estreitar, a tripa roncar, aí, meu filho, a lágrima escorre dos olhos no rosto enrugado e as mãos calejadas esfregam, mas não adianta, o nego chora. E chora porque dói, é dor da fome e por não ter a quem clamar, pois não haviam ouvidos para ouvi-los, para escutá-los, só restava uma saída: o povo abrir o bico.

Bem, abriu o bico, tentou fazer ecoar o seu lamento, o seu pedido, mas poucos os ouviram e mesmo estes poucos eram considerados subversivos, pois eram os religiosos ou outros dedicados à solução de problemas alheios que se faziam seus.

Como os bicos continuaram a emitir sons, e chegou um momento que tais sons foram muitos, e tão altos que ecoaram fora das fronteiras do delta, da região, do Estado, do País; ao alcançar o outro lado do mar, foram escutados e retornaram em forma de exigência de respeito aos direitos humanos, e então as instituições governamentais brasileiras começaram a tomar conhecimento do que estava acontecendo por lá. No que isto deu mesmo? Muito bem, movimentos pela reforma agrária foram crescendo e crescendo, a ponto de projetos de assentamentos e reassentamentos serem elaborados e aos poucos entrarem em execução, mesmo que de forma tímida, mas sinalizando com luz ao fim do túnel, e no fim do túnel sempre se encontravam restos de esperanças.

Ora, esses projetos de assentamentos (PAs), nasciam de mentes técnicas bem intencionadas, mas quando chegavam à ponta, na hora de executá-los, sempre saíam tortuosos, e quando

as listas com os nomes eram aprovadas, as áreas desapropriadas e para onde seriam assentados, não apresentavam solos de qualidade suficiente para o desenvolvimento de culturas básicas sem que para tanto tivessem que aplicar corretivos, e só depois de análise do solo. Aí surgia mais um problema, como conseguir profissionais à altura e com que recurso pagá-los? Pois bem! Mais projetos se faziam necessários e consigo elaboradores dos mesmos; outro problema, onde encontrar tais técnicos? Então a solução chegava, é verdade! Mas vinha acompanhada de outros tantos problemas, que só faltava endoidecer o retirante, retirado, expulso, acampado e agora assentado sem ter onde sentar-se. Pelo outro lado da linha da solução, estava o proprietário que nunca foi dono, pois não usou antes a terra – usucapião, mas recebeu, com apoio das instituições, valores capazes de tranquilizar até o mais profundo de suas almas e suficientes para buscarem abrigos e comporem superpatrimônios em outros países. Enquanto isso, a peleja prosseguia pelos PAs com estigma de lugar de preguiçosos.

Mais e mais, novos e novos projetos de assentamentos foram elaborados e acrescidos de componentes de investimentos e custeios, com subcomponentes tecnológicos, capacitadores, casinhas, equipamentos, implementos, computadores, escolas rurais com bibliotecas em caixas de papelão com moradias de cupins, educação do campo, vaquinhas pretas (fraquinhas) com seu parceiro macho reprodutivo, bacias leiteiras, fruticulturas, microindústrias, bordados, docerias, artesanatos, turismo rural, asininos para carregar os cocos babaçu, e uma historinha acalentadora, a saber: tudo tem que ser feito de forma que respeite a cultura local Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS).

Mas que cultura local? Será que depois de tanto penarem, ainda têm espaço para tal coisa?

Os dedos, mãos, pés e a própria mente já encouraçaram, de tanto passarem vergonha ora catando coco escondidas, ora pedindo pelo amor de Deus e dos filhinhos, se tivessem, para deixarem adentrar naquilo que um dia foi seu cantinho para catar uns coquinhos, quebrar, secar, torrão, moer ou pisá-los no pilão, ferver e apurá-los até serem transformados em azeite de coco babaçu, e encontrar um filho de Deus que queira comprá-lo sempre por uma pechincha, ou vender as amêndoas para os atravessadores por preços vergonhosos. As cascas passavam logo a carvão para próprio uso ou vendas domésticas. Bem, isto vai longe! Pois é parte da vida deste povo do Bico do Papagaio.

Mais um lado dos PAs que não pode ficar de fora é o fato de que as aquisições mais representativas já estavam indexadas ao corpo dos projetos, e portanto com fornecedores previamente assegurados em nome da lisura do certame; até as consultorias, que geralmente mordiam a maior parte do orçamento muito bem entabelado e cronogramado, chegavam às vezes antes do próprio projeto. De tudo isto temos resquícios de casinhas (moradias), casas de farinhas, pedaços de bacias leiteiras, carcaças de tratores, bananais amarelados e agonizando (em assentamento entre Araguaã e Xambioá-TO), plantações de caju sem produtividade, mandiocais que ainda ajudam na subsistência, e programas de transferência de renda que muitas vezes param para beneficiar quem já tem uma estruturazinha e não chega ao beneficiário proposto. Que não haja ilusão, tudo com as mais renomadas e bem pagas consultorias, às vezes internacionalizadas. Assim, as políticas de assentamentos e reassentamentos rurais muitas vezes não foram suficientes para promover a geração de riquezas para as famílias contempladas, concentrando todos os processos e procedimentos da circulação aquisitiva mais no

comércio das cidades e regiões polarizadoras, e o local, só assistindo.

Esse cenário não representa o fim da linha, pelo contrário, é indicativo de que os PAs embora estejam em situação de baixa produtividade, guardam em seu interior grande potencial produtivo reprimido, prontos para receber incentivos por meio de projetos sustentáveis, mas desenhados a partir desses homens, mulheres e jovens que não se conformam com o que chamam de dependência ou esmolas, querem sim, ser produtivos.

A DEMANDA AQUECIDA: A POPULAÇÃO QUER CONSUMIR, OS PAs QUEREM PRODUZIR

A elevação da demanda por frutas, polpas e subprodutos ecologicamente corretos está em forte crescimento, quer seja nas feiras livres locais, regionais, nacionais e internacionais, bem como nas redes logísticas de distribuição e comercialização.

Pois bem, se há movimentos intensos na direção valorativa do que pode ser produzido no interior desses assentamentos, então é hora de união de forças, e isto não é mais subversão para que projetos sejam desenhados, executados em todas as suas fases, sem deixar nenhum parceiro como assistente, mas envolvê-lo em todas as dimensões, de maneira que cada um se posicione e aja como o próprio projeto. É simbiotização da população com a instituição. Para esse processo simbiótico, os próprios programas governamentais, caracterizados com compras diretas dos pequenos, microprodutores e agricultores familiares no abastecimento de creches, escolas e outras instituições, já estão alinhados com essa prioridade, é só alimentar a cadeia.

A implantação dos viveiros vem responder a toda esta demanda e mais a das redes de cidades

sustentáveis que buscam matrizes capazes de contornar os problemas urbanos causados pelas ocupações desordenadas, bem como praças, jardins, ruas e avenidas com paisagismos fora da contextualização local e regional. O mosaico de cada cidade e da região é determinante para estruturação das matrizes nos viveiros e reposição do próprio mosaico de cada cidade e do Bico do Papagaio, e assim atenuar os impactos ambientais negativos provocados por muitos, ora gananciosos e inconsequentes, ora desavisados e sem controle e monitoramento.

CONCLUSÃO

O desejo focado com a implantação do projeto cidades verdes é que se chegue a resultados positivos para a demografia e o meio ambiente local e regional de forma que haja:

- oferta de alimentos a aves e pequenos animais, com o plantio de árvores frutíferas em praças e áreas verdes;
- contribuição na alimentação das espécies aquáticas existentes em córregos e rios que se encontram no ambiente urbano e, especialmente, reconstituir a mata ciliar degradada;
- possibilidade da consonância entre a arborização e as redes aéreas e subterrâneas que atuam no fornecimento dos serviços públicos urbanos;
- valorização da diversidade de espécies naturais da região, consolidando seu valor simbólico e paisagístico;
- aumento das áreas verdes nas cidades, contribuindo para manter o homem integrado com a natureza e para a diminuição do estresse;
- inclusão socioeconômica e ambiental dos atores envolvidos e;
- como disse Sêneca em seu livro *A Constância do sábio*, p. 75, na conclusão: “Cuida então de defender o lugar que a natureza te outorgou”.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO; TOCANTINS. Secretária da Produção; TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. *Estudo de desenvolvimento do setor agropecuário da região norte do estado do Tocantins*. 2001, p. 6 - 7.
- KICHEL, A. N; ZIMMER, A. H.; EUCLIDES FILHO, K.; MIRANDA, C. H. B. A pecuária de corte nos cerrados. In: SIMPÓSIO SOBRE OS CERRADOS DO MEIO-NORTE, 1997, Teresina. Documentos 27.
- TOCANTINS. Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano. *Pró-Transporte – Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana*: relatório técnico. Palmas: 2011.
- TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente *Atlas do Tocantins*: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Palmas: 2008.
- SÊNECA *A constância do sábio*. São Paulo: Escala. 2007.
- SCAMPA, Carmelo (Org.) *Voç do norte*: padre Josimo. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1986, p. 33 – 34.